

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social - ASCOM

Sumário

VEÍCULO: O Globo.....	3
Título: Tempo de governo	3
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	4
Título: Piratas atacam refinaria da Petrobrás	4
Título: O ajuste nas estatais	6
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	8
Título: Temer propõe criação de agência e novas regras para setor de mineração.....	8
Título: Usineiros pressionam por alta na tarifa de importação de álcool.....	9
Título: Na China, Doria critica aumento de combustíveis e vê reflexos na tarifa	11
Título: Tarifaço do combustível não considera a política ambiental e de mobilidade	11
VEÍCULO: Correio Braziliense.....	13
Título: Gasolina atinge R\$ 3,97 com a alta de impostos	13
VEÍCULO: Valor Econômico.....	15
Título: Bandeira vermelha deve voltar para a tarifa em agosto	15
Título: Aumento na conta de luz e imposto podem pressionar taxa de inflação no mês que vem.....	17
Título: Doria critica aumento de imposto sobre combustíveis	18
Título: Acordo marítimo entre Brasil e Chile e tarifa do etanol dividem Camex	20
Título: PPI inclui 35 lotes de linhas de transmissão	21
Título: Sauditas prometem corte maior no petróleo, mas a Opep descumpre meta.....	22
Título: Aumento do etanol pode ser revisto, sugere Meirelles	24
Título: Refino no país atrai mais os grupos chineses	25
Título: Belo Monte, Santo Antonio e Jirau se protegem do GSF.....	27
Título: STF adia decisão sobre pedido de liminar da Cemig.....	28
Título: Curtas	30
Título: Petrobras ingressa com recurso contra ação em NY	30
Título: Paranapanema sobe mais de 15% com nova acionista	32
Título: Etanol ganhou competitividade antes do aumento de tributação.....	33

Título: Unica critica elevação da alíquota de PIS/Cofins	34
--	----

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia / colunas****Autor: Miriam Leitão****Título: Tempo de governo**

Os juros devem cair um ponto e voltarão esta semana a um dígito depois de quatro anos, o governo fará um plano de demissão voluntária, o Ministério das Minas e Energia colocou em consulta pública mudanças de regras da política energética. Tudo se passa como se não faltasse apenas uma semana para o Congresso se reunir para decidir se aceita ou não a denúncia contra o presidente da República.

Apesar da turbulência política que elevou os juros futuros e impactou a dívida pública em maio, os ativos financeiros voltaram a oscilar dentro da normalidade. O IPCA está muito baixo, os IGPs terminarão o ano em deflação, e o nível de atividade está muito reduzido. Não há razão alguma para os juros não caírem fortemente. A redução deve ser de um ponto percentual. O Banco Central tinha avisado que talvez tivesse que reduzir o ritmo da queda dos juros, mas não há razão alguma para qualquer diminuição do tamanho do corte. Por isso, os juros devem ir para 9,25%.

Depois de ter elevado um imposto e anunciado mais um contingenciamento, o governo está agora falando em um Plano de Demissão Voluntária (PDV) para servidores públicos. O ministro Dyogo Oliveira ao dar a notícia ao Valor Pro, ontem, disse que não haverá meta a alcançar de desligamento de funcionários, mas um parâmetro foi o plano feito no governo Fernando Henrique que teve adesão de cinco mil funcionários. Isso é pouco para a dimensão do problema.

O governo Temer inaugurou os trabalhos distribuindo aumentos a servidores para várias categorias. Usou a desculpa de que a ex-presidente Dilma havia negociado, enviado alguns dos projetos de aumentos para o Congresso. O presidente avaliou, com seu gabinete, que se recuasse daqueles aumentos concedidos enfrentaria greve e protestos. Não apenas manteve os aumentos acertados pela ex-presidente como concedeu para várias outras categorias. E isso num contexto de crise fiscal, déficit, e escalada do desemprego. Não devia ter aprovado aqueles aumentos, evidentemente. Agora, o PDV será uma tímida resposta para tentar reduzir o gasto com funcionários. E isso se o governo permanecer a tempo de executar o que está propondo.

Outra frente de atividade do governo, apesar da crise política, é a energia. Está em andamento uma consulta pública sobre a mudança completa da política energética. O governo Dilma errou muito na energia, com a MP 579, e deixou o setor com um grande passivo, vários nós, e o país com um tarifaço que elevou a

inflação a dois dígitos. Depois que passou a crise aguda, na área energética, problemas crônicos permaneceram. E por isso, foi apresentada uma proposta para tentar remodelar a geração e comercialização da energia.

O cálculo feito pelo governo é que a crise deixou um passivo de R\$ 100 bi. Há uma série de processos na Justiça. Geradoras que não puderam gerar e que tiveram que comprar energia para entregar. Há uma briga com as empresas de transmissão. Há diversos nós em cada etapa do processo. A tentativa é de enfrentar os problemas que criaram esses passivos.

— O objetivo que se persegue é acabar com as várias jabuticabas no setor. Uma das decisões é a de vender ativos de empresas estatais de energia e que não dão retorno. Em vez de vender as empresas subsidiárias, o governo quer pôr em leilão alguns ativos. Outra é reduzir a exposição que a Eletrobrás teve que assumir em vários projetos que o governo quis fazer. Além de aumentar a transparência e previsibilidade na formação de preço dentro do setor — explica um técnico.

A consulta está prevista para terminar em 4 de agosto, dois dias depois do começo da discussão no plenário sobre a aceitação ou não da denúncia contra o presidente. No Ministério das Minas e Energia afirma-se que não se pensa na troca de governo, e que o processo continuará em andamento. Depois de concluído esse prazo será formulada uma medida provisória.

Há boas ideias nas propostas de energia que está em debate no setor, como é também uma boa ideia a de apresentar um Plano de Demissão Voluntária para os servidores. O problema é saber qual é a duração do governo Temer.

Pelo menos há uma boa notícia garantida para esta semana, a queda da taxa de juros. Mesmo com a crise, os juros são tão altos que podem ser cortados sem qualquer hesitação.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Karla Mendes

Título: Piratas atacam refinaria da Petrobrás

Bandidos invadem as unidades da estatal na Amazônia e roubam, além de combustível, equipamentos de perfuração e de exploração.

A "caça ao tesouro" dos piratas por combustível na Amazônia chegou a refinarias e terminais de distribuição da Petrobrás e de outras empresas que atuam na região. O modus operandi desses ataques é o mesmo dos assaltos a embarcações nos rios: os piratas usam barcos pequenos e rápidos para chegar ao local e, com

armas pesadas, rendem os vigilantes. Na sequência, chega um barco maior para onde é transportado o combustível e os equipamentos roubados.

Um dos alvos dos ataques é a Refinaria da Petrobrás em Manaus (Reman), unidade produtora de gasolina e óleo diesel que abastece a Região Amazônica. "O esquema (dos piratas) é avançado. Existe furto direto na Refinaria de Manaus", revelou ao Estado uma fonte ligada à segurança da Amazônia.

Os assaltos ocorrem, principalmente, na época das cheias, quando o nível alto dos rios facilita o acesso dos bandidos à refinaria. Eles fazem uma ligação com mangueiras de uma polegada para bombear combustível dos dutos diretamente para os tanques das embarcações usadas para o roubo, que ocorre sempre de madrugada, em uma área pouco iluminada, segundo o Sindicato dos Petroleiros do Estado do Amazonas.

"O perigo existe e é iminente. Já fizemos várias denúncias, que estão sendo investigadas pela direção da refinaria", afirma Roberto Pinheiro, diretor do Sindipetro-AM. "Isso ocorre há uns 20 anos, mas se intensificou nos últimos anos. Recentemente, houve duas ou três ocorrências seguidas."

Em Manaus, os piratas também estão atacando o Porto de Encontro às Águas, onde tem sido roubado desde corda, tubulações, material de geologia até equipamentos caríssimos de perfuração e de exploração, como pedra diamantada.

Outro ponto crítico é o Terminal Aquaviário de Coari, usado para escoamento de petróleo e gás produzido na região de Urucu pela Petrobrás. Pinheiro relata denúncias de troca de tiros há dois meses entre vigilantes e piratas que, além de combustível, roubam também material elétrico da unidade. "Aqui já é rota de tráfico, rota de piratas. Estamos perto da Colômbia e da Venezuela. Se não tiver gente suficiente para fiscalizar, a bandidagem corre solta", afirma Lourival Júnior, diretor secretário do Sindipetro PA, AM, MA e AP e diretor da Federação Nacional de Petroleiros (FNP).

Perdas. Como o Estado publicou, o trecho do Rio Solimões entre as cidades de Coari e Tefé, no Amazonas, é dominado por piratas e é o mais violento entre os rios da Amazônia, por causa dos carregamentos de drogas que vêm da Colômbia e do Peru.

A FNP diz ter relatado os problemas para a Petrobrás na mesa de negociações e culpa os ataques piratas à drástica redução do número de funcionários da estatal desde 2014, sobretudo em operações nos terminais e aferição dos tanques de combustível.

O Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Combustíveis e Lubrificantes estima que mais de 10 bilhões de litros de combustível foram roubados na Amazônia em 2016, sendo que o maior volume ocorreu em balsas de transporte. No primeiro trimestre deste ano, foram 2,4 bilhões. Roubos de piratas na Amazônia causam perdas de cerca de R\$ 100 milhões por ano em mercadorias, segundo a Federação Nacional das Empresas de Navegação Aquaviária (Fenavega).

Procurada pelo Estado, a Petrobrás não se pronunciou. Uma fonte ligada à empresa, no entanto, confirmou uma tentativa de roubo na Reman.

Segundo a fonte ligada à segurança da Amazônia, há denúncias também de ataques de piratas na área de exploração da petroleira russa Rosneft. Por meio da assessoria, a Rosneft negou a ocorrência dos crimes.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Caderno 2

Autor: Sonia Racy

Título: Direto da Fonte

Dia de domingo

Durou quase quatro horas a conversa entre Temer e Delfim Netto domingo, em São Paulo. (...)

Domingão 3

Antonio Mariz de Oliveira saiu e chegaram Henrique Meirelles e Paulo Skaf.

Na pauta... impostos. Delfim defendeu a alta dos tributos sobre combustíveis, argumentando que, como a inflação está em queda, esse aumento não desarmará a economia. Skaf saiu com a promessa de que o aumento em questão não voltará à pauta.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Notas & Informações

Autor:

Título: O ajuste nas estatais

Por meio de programas de demissão voluntária (PDVs), as empresas estatais vêm fazendo o que, forçadas pela crise, as companhias privadas já fazem há tempos: adaptar seu quadro de pessoal ao cenário econômico e fiscal. Embora

não disponham do mesmo grau de liberdade e agilidade de que dispõem as empresas privadas para administrar sua folha salarial, dadas as garantias especiais com que contam seus funcionários, as empresas controladas pelo governo federal já reduziram em 50,4 mil seu quadro de pessoal, o que representa 77% da meta prevista nos PDVs que adotaram nos últimos três anos, como mostrou reportagem do Estado. O número representa quase 10% do atual quadro de pessoal das estatais.

Os benefícios aos demitidos variam conforme a empresa, mas em geral são oferecidas vantagens como antecipação de salários de um determinado período, pagamento de indenizações correspondentes a até 35 anos de serviço e manutenção do plano de saúde. Num primeiro momento, o desligamento do funcionário com esses benefícios implica aumento de despesas, mas, no médio prazo, resulta numa substancial redução de gastos.

Os PDVs precisam ser previamente aprovados pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Sest), do Ministério do Planejamento, cuja principal função no atual governo é tornar essas empresas autossustentáveis financeiramente, o que implica manter seus gastos com pessoal sob estrito controle, e preparar a transferência do controle para o setor privado daquelas que forem escolhidas para a privatização. Entre as empresas cuja privatização já está em andamento encontram-se distribuidoras de energia elétrica controladas pela Eletrobrás. Os estudos de viabilidade dessas privatizações estão em fase de conclusão pelo BNDES.

A estimativa do governo era a de que, se os PDVs já aprovados atingissem inteiramente a meta de 65,3 mil desligamentos, a economia seria de R\$ 7 bilhões por ano, sem contar a Petrobrás. Não há cálculos oficiais para as demissões já acertadas. Mas o resultado é considerado satisfatório pelo governo. "É o que estávamos esperando", disse ao Estado o titular da Sest, Fernando Soares. "Um plano de PDV que realiza 50% (da meta) é completamente bem-sucedido. Esse é um dos elementos para sanear as contas das estatais."

Em algumas estatais, a adesão ao PDV superou a meta, como nos casos da Petrobrás, cuja previsão era de 12 mil desligamentos, mas o total chegou a 15 mil, e da Infraero, que previa 2.218 demissões, mas desligou 2.648 funcionários.

O caso da Petrobrás é especial em dois sentidos. Seu PDV não depende de autorização prévia da Sest. Além disso, a petroleira foi a empresa estatal mais devastada pelo amplo esquema de corrupção montado pela administração lulopetista e que vem sendo investigado pela Operação Lava Jato. Sob gestão profissional desde o afastamento da presidente Dilma Rousseff, a Petrobrás precisou agir com grande rapidez para recuperar sua capacidade operacional e financeira.

A Eletrobrás, igualmente destrozada financeiramente pela gestão petista, em razão da desastrosa política do governo Dilma de redução de tarifas de energia e de revisão forçada dos contratos de concessão, tem em aberto seu Programa de Aposentadoria Extraordinária, destinado a empregados em condições de se aposentar ou já aposentados e com o qual pretende reduzir em 2,5 mil o número de seus empregados. Até o início de 2018, deve ser aberto outro programa, para o qual se espera a adesão de mais 2,7 mil funcionários.

Iniciativas como essas são indispensáveis para conter o gigantismo que as estatais alcançaram durante as administrações do PT e que resultou em altos custos para o Tesouro, isto é, para os contribuintes, sem que os serviços oferecidos à população crescessem e melhorassem na mesma proporção. Mais do que uma necessidade imposta pela crise, a redução das estatais é uma exigência da modernização do País, que não pode mais sustentar o peso excessivo do aparato estatal.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Gustavo Uribe, Daniel Carvalho, Julio Wiziack

Título: Temer propõe criação de agência e novas regras para setor de mineração

O presidente Michel Temer anunciará nesta terça-feira (25) um novo marco regulatório para o setor da mineração, que incluirá mudanças nas alíquotas dos royalties de exploração de minerais.

As novas regras, que serão anunciadas em evento no Palácio do Planalto, serão instituídas por decreto presidencial e por três medidas provisórias.

Em 2013, a ex-presidente Dilma Rousseff enviou um projeto de lei sobre o tema, mas ele não avançou no Poder Legislativo.

O presidente irá estipular uma alíquota que irá variar de 2% a 4%, dependendo da cotação internacional do minério e do volume produzido. A proposta é que, embora os percentuais sofram mudanças, não ocorram modificações na divisão dos recursos com as unidades da Federação.

A previsão é de que as mudanças gerem um aumento de 15% na arrecadação federal, proporcionando uma receita extra de R\$ 1,5 bilhão.

O Palácio do Planalto, que discute desde março as novas regras, também criará a ANM (Agência Nacional da Mineração), que substituirá o DNPM (Departamento Nacional de Produção Mineral) e atuará como um órgão regulador.

As medidas ainda irão alterar as regras de licenças ambientais e de fiscalização do setor, reclassificando e atualizando 20 itens do atual código de mineração para destravar investimentos privados. Elas também acabarão com o Renca (Reserva Nacional do Cobre), criado em 1984.

Em outubro, a pasta havia informado que o objetivo era atrair novos investimentos para o setor de mineração.

Segundo ela, a ideia era criar uma espécie de calendário de oferta de áreas para mineração, disponibilizando ao mercado concessões que estão hoje paradas por razões burocráticas ou perda de interesse dos investidores.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Mariana Carneiro

Título: Usineiros pressionam por alta na tarifa de importação de álcool

Insatisfeitos com a alta acelerada da importação de etanol dos EUA, os produtores de cana-de-açúcar pressionam o governo para que eleve as barreiras contra o combustível que vem do exterior.

Nesta terça (25), a Camex (Câmara de Comércio Exterior), conselho que reúne sete ministros, decide se aumenta a tarifa de importação de zero para 17%. Desde 2010, o etanol importado não paga taxas para entrar no país.

O assunto, porém, está longe do consenso e a área econômica é contra, por temer que a barreira eleve ainda mais o preço dos combustíveis -eles já estão mais caros desde a semana passada, quando o governo aumentou os tributos sobre o etanol, a gasolina e o diesel.

O Ministério da Agricultura será o advogado do setor produtivo na Camex. O principal argumento é que as importações quadruplicaram neste ano, até junho, ante o mesmo período do ano passado, o que levou o Brasil, pioneiro global no uso do etanol como combustível, a ser pela primeira vez na história importador líquido. Ou seja, importa mais do que vende no exterior.

A Unica (entidade que reúne produtores de cana-de-açúcar), que foi favorável à abertura em 2010, antevendo que mercados competidores também baixariam a guarda, hoje torce pelo aumento.

"Há fatores diferentes neste ano do que havia quando a tarifa de importação foi zerada", diz a presidente da Única, Elizabeth Farina.

"Houve uma explosão da importação e isso não se resolverá sem ação. Percebemos que se formou nos EUA um excedente estrutural de etanol, cujo mercado prioritário é o Brasil".

Com a política americana de estimular o etanol à base de milho, a produção no país se expandiu além da capacidade de absorção doméstica. A China, mercado preferencial, elevou a tarifa de importação de 5% para 30% e a União Europeia abriu um processo de defesa contra os EUA na OMC (Organização Mundial do Comércio).

"Eles têm o Canadá como cliente, mas o mercado de porte hoje é o Brasil", diz Farina.

A previsão é que a situação se repita nos próximos anos, daí o pedido para que o governo trave a entrada do concorrente. A área econômica do governo, porém, teme que a barreira resulte num inconveniente aumento de preços, num momento em que o consumidor brasileiro já se ressenete do aumento de tributos.

As usinas brasileiras reduziram em quase 9% a produção de etanol na última safra e a previsão é de nova queda na safra que colherão até março de 2018. A opção pelo açúcar tem sido mais vantajosa com preços externos melhores para o alimento.

Farina afirma que a alta do açúcar foi revertida e que o teto de aumentos para o etanol é a gasolina, cujo preço é ditado pela Petrobras. Segundo ela, a tarifa de importação também pode ser revista no futuro, caso a inundação de etanol dos EUA não ocorra.

"É importante perceber que a tarifa do Mercosul é de 20%, e, na OMC, de 35%. Não pedimos nada exorbitante, só pedimos que não seja zero".

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Seção: Cotidiano****Autor: Anna Virginia Balloussier****Título: Na China, Doria critica aumento de combustíveis e vê reflexos na tarifa**

O aumento do imposto sobre combustíveis foi alvo de João Doria (PSDB) em sua passagem pela China, onde estará até domingo (30) "para vender São Paulo" a bancos estatais e empresas locais.

A alta pode encorpar o caixa do governo federal, mas "não é boa para os municípios, pois pode impactar no transporte público", disse. E isso reflete diretamente na tarifa de ônibus, afirmou.

Doria disse ainda que não aumentará o preço do transporte público paulistano – mas que isso terá um custo. "Nos comprometemos em janeiro a manter a tarifa a R\$ 3,80, mas há de se ter em conta que o impacto do diesel vai pressionar."

A Frente Nacional de Prefeitos, da qual o tucano é vice-presidente, já pediu ao governo Temer que volte atrás no caso do diesel –que teve sua tributação elevada na sexta (21), junto com o etanol e a gasolina.

Acontece que o diesel abastece a maioria da frota de ônibus do país, e o "custo operacional das concessionárias" vai disparar, disse Doria.

Segurar as passagens em R\$ 3,80 será "um sacrifício", afirmou o prefeito, sem especificar onde seu governo poderia cortar na carne para subsidiar o gasto extra das concessionárias –o contrato delas, segundo Doria, prevê reembolso em caso de "aumento substancial" do custo.

VEÍCULO: Folha de S.Paulo**Seção: Mercado****Autor:****Título: Tarifaço do combustível não considera a política ambiental e de mobilidade**

O aumento dos impostos dos combustíveis não apenas transferiu o ônus do desequilíbrio das contas públicas para os cidadãos e para o setor produtivo como tornou ainda mais distante a possibilidade de a tributação sobre a gasolina ser utilizada como um instrumento para mudar a política de mobilidade nas cidades.

Sem diferenciar o diesel, etanol e gasolina (o aumento variou de 8% a 11%), Temer onerou igualmente o transporte coletivo, a carga e o automóvel, impactando fortemente o custo de vida dos mais pobres. Dobrando o

PIS/Confins, gerou uma elevação, por litro, de R\$ 0,41 na gasolina, R\$ 0,21 no diesel e R\$ 0,20 no etanol.

Já a Cide (Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico), hoje fixada em R\$ 0,10 por litro de gasolina, não foi alterada. Esse tributo era desconhecido até Garotinho, nas eleições de 2002, armar uma pegadinha para Lula, perguntando a sua finalidade.

Lula engasgou e deu uma resposta desbaratada, gafe logo esquecida pelos eleitores que, como ele, não sabiam o que era a Cide, criada em 2001 por FHC. Ninguém sabia também que ela adicionava R\$ 0,28 no litro da gasolina.

Após dez anos de seguidas reduções, em 2012, ela foi zerada por Dilma, na equivocada opção de estimular os automóveis e conter o preço da gasolina. A equipe econômica não elevou a Cide, provavelmente, porque, por lei, ela deve ser destinada a projetos de energia, meio ambiente e infraestrutura de transporte, sendo que 29% do arrecadado é transferido para Estados e municípios.

Em 2013, a Cide entrou em pauta nas Jornadas de Junho, deflagrada pelo reajuste das tarifas de ônibus. A Frente Nacional de Prefeitos propôs sua municipalização, restringindo o tributo à gasolina e destinando os recursos para subsidiar a tarifa e financiar a infraestrutura de transporte coletivo. Seria uma revolução na mobilidade urbana, mas Dilma não se sensibilizou.

A proposta promoveria o uso racional do automóvel, cada qual pagando de acordo com o uso, alternativa eficiente ao pedágio urbano. Os combustíveis limpos seriam estimulados, contribuindo para a qualidade do ar e a redução das emissões. Um fundo público capaz de reduzir a tarifa e melhorar a infraestrutura da mobilidade seria criado. A isenção do diesel desoneraria o transporte coletivo e de carga, beneficiando a população de baixa renda.

Estudo da Fundação Getúlio Vargas, em 2013, mostrou que, se a Cide fosse de R\$ 0,50 por litro de gasolina (valor próximo da elevação agora decretada) e alocada no subsídio do transporte coletivo, a tarifa de ônibus em São Paulo cairia para R\$ 1,80, gerando deflação.

Com o tarifaço, reduziu-se a possibilidade de uso da tributação da gasolina como indutor de uma nova política de mobilidade. Uma oportunidade que as cidades perdem.

VEÍCULO: Correio Braziliense**Seção: Economia****Autor:****Título: Gasolina atinge R\$ 3,97 com a alta de impostos**

Apenas três dias após o aumento do PIS-Cofins sobre combustíveis, os postos do Distrito Federal sentem impacto no movimento. Os consumidores, que antes faziam filas para conseguir economizar, praticamente sumiram. O litro da gasolina que, na semana passada, era vendido a R\$ 2,949 em alguns postos do DF, é encontrado a até R\$ 3,969. Agora, no Plano Piloto, o combustível “em promoção” custa, em média, R\$ 3,68 (veja quadro).

Reféns do alto preço na hora de abastecer os carros, brasilienses buscam soluções para a despesa não pesar, ainda mais, no bolso. Revoltados com o aumento do imposto, usuários convocam os brasileiros, pelas redes sociais, adesão à campanha “abastecimento zero”. A ideia é que hoje ninguém coloque gasolina em protesto ao reajuste do PIS-Cofins sobre combustíveis.

O dentista Maykson Feitoso, 24 anos, acredita que o movimento pode ter resultados positivos para os consumidores, desde que tenha grande mobilização. Para garantir a participação na manifestação, abasteceu ontem. Desde o aumento, ele opta por encher o tanque somente com etanol, como forma de economizar. “Um absurdo essa mudança de preço em tão pouco tempo. Fica difícil, daqui a pouco nem todo mundo que tem carro dará conta de pagar pela gasolina”, completou.

Os frentistas Weliton Oliveira, 29 anos, e Cistenis Junior, 30, explicaram que a queda no número de clientes desde a semana passada foi significativa. “Com certeza, a fila aqui no posto diminuiu muito em comparação à semana passada”, afirmou Weliton. De acordo com Oliveira, o posto Ipiranga da 112 Norte vendeu, na semana passada, mais de 30 mil litros de gasolina, por dia. Ontem, para atingir 20 mil litros, segundo ele, foi difícil. O frentista observou ainda que, por conta do aumento do preço da gasolina, a cada cinco clientes que o posto recebe, dois optaram por abastecer o carro com etanol.

A troca da gasolina pelo álcool, no entanto, não convence o servidor público Max Marinho, 41, e sua mulher Ellen Borges, corretora de imóveis, 41. Para eles, a troca não compensa, já que com etanol, o carro roda menos tempo. “Então, fica elas por elas”, disse Ellen. O casal destaca que, com o aumento, a preferência passa a ser pelo preço e não pela bandeira ou confiança no posto. “A gente abastece porque tem que abastecer, senão o carro para de andar. Mas estamos sempre procurando o menor preço”, confessou ele.

O reajuste do PIS-Cofins pode ser minimizado. A Petrobras anunciou recuo de 1,8% no preço médio da gasolina e de 3% no do diesel nas refinarias a partir de hoje. Pela nova política de preços da estatal, esses ajustes podem ser feitos até diariamente, levando em conta o preço internacional e o câmbio.

** Estagiária sob supervisão de Rozane Oliveira*

- Acompanhe os preços

Preços em R\$

Posto Endereço 19/6 3/7 24/7

Ale Petrobras	Próximo à Torre de TV	3,15	3,09	3,79
Petrobras	Eixo W 103 Sul	3,15	3,06	3,74
Petrobras	Eixo W 105 Sul	3,29	3,29	3,76
Auto Lu's	Eixo W 107 Sul	3,55	3,55	3,96
Petrobras	Eixo w 106 Sul	3,55	3,55	3,71
Petrobras	Eixo W 113 Sul	3,15	3,05	3,71
Shell	Eixo W 115 Sul	3,15	3,15	3,70
Petrobras	Eixo L 214 Sul	3,16	3,13	3,72
Petrobras	Eixo L 212 Sul	3,49	3,39	3,72
JarJour	Eixo L 210 Sul	3,15	3,05	3,71
PB	Eixo L 206 Sul	3,15	3,05	3,71
Ipiranga	Eixo L 204 Sul	3,15	3,05	3,72
Petrobras	Eixo L 202 Sul	3,15	3,05	3,71
Petrobras	Eixo L 203 Norte	3,15	3,06	3,91
Ipiranga	Eixo L 204 Norte	3,29	3,29	3,74
JarJour	Eixo L 206 Norte	3,15	3,05	3,71
Petrobras	Eixo L 208 Norte	3,15	3,06	3,73
Ipiranga	Eixo L 210 Norte	3,15	3,05	3,72
Shell	Eixo L 212 Norte	3,17	3,06	3,71
Petrobras	Eixo L 214 Norte	3,19	3,06	3,73
Petrobras	Eixo W 113 Norte	3,15	3,06	3,72
Ipiranga	Eixo W 112 Norte	3,15	3,06	3,72
Shell	Eixo W 109 Norte	3,17	3,69	3,79
Petrobras	Eixo W 107 Norte	3,17	3,17	3,71
Petrobras	Eixo W 105 Norte	3,49	3,49	3,72
Petrobras	Eixo W 103 Norte	3,59	3,54	3,91
Petrobras	SIG Quadra 3	3,12	3,12	3,68
Garantia	SIG Quadra 3	3,13	3,13	3,69

Fonte: Pesquisa do Correio

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Brasil****Autor: Rodrigo Polito e Camila Maia****Título: Bandeira vermelha deve voltar para a tarifa em agosto**

A bandeira tarifária, mecanismo que cobra valor adicional nas contas de luz para sinalizar ao consumidor a necessidade de acionamento de usinas mais caras, pode voltar ao primeiro patamar da cor vermelha em agosto, após dois meses. Esse patamar gera um acréscimo na tarifa de R\$ 3,00 a cada 100 quilowatts-hora (kWh) consumidos.

A possibilidade de acionamento do primeiro patamar da bandeira vermelha se deve à ausência de chuvas no mês de julho, fato que influencia as previsões para a primeira semana de agosto, período de referência para a definição da bandeira tarifária. Especialistas e empresas consultados pelo **Valor** consideram a possibilidade de o preço de liquidação de diferenças (PLD) - preço de energia no mercado de curto prazo - para a primeira semana de agosto, superar o valor de R\$ 422 por megawatt-hora (MWh), que configura o primeiro patamar da bandeira vermelha. A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) anunciará na sexta-feira a cor da bandeira de agosto.

O grupo Compass, especializado em comercialização de energia, prevê que o PLD para a primeira semana de agosto fique entre R\$ 400/MWh e R\$ 440/MWh. "A chance de que haja bandeira vermelha cresceu bastante nas últimas semanas", afirmou Gustavo Arfux, sócio-diretor da Compass.

A comercializadora Ecom Energia trabalha com uma estimativa de PLD de R\$ 450/MWh na primeira semana de agosto. "Há uma estiagem muito longa. Depois daquela chuva do fim de maio e início de junho, não foram observadas chuvas significativas no Sul e Sudeste. As vazões estão em recessão. Isso contamina a previsão de água e de geração hidrelétrica, o que demanda maior geração termelétrica [mais cara]", afirmou o diretor de Inteligência e Risco da Ecom Energia, Carlos Caminada.

O presidente da consultoria Thymos Energia, João Carlos Mello, também espera bandeira vermelha em agosto. Para ele, o valor do PLD deve chegar a R\$ 450/MWh na próxima semana.

A bandeira vermelha foi acionada em abril e maio, mas o grande volume de chuvas registrado no fim de maio acabou ocasionando o acionamento da bandeira verde em junho. Porém, os níveis dos reservatórios não se recuperaram, e os preços vem subindo gradativamente deste então. O PLD desta semana fixado

pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) para esta semana é de R\$ 269,76/MWh em todo o país.

Para o superintendente de gestão do grupo Delta Energia, Reinaldo Ribas, a bandeira tarifária não deveria ter saído da cor vermelha. "O cenário hídrico está muito ruim. Em junho, o modelo fez com que o preço caísse bastante por conta do grande volume de chuvas no Sul no fim de maio, mas o cenário continua ruim. Os reservatórios no Sudeste estão em torno de 40% [de armazenamento], o normal seria algo em torno de 60% a 65%. Além disso, junho ficou muito abaixo da média no Sul e Sudeste."

Um dos motivos que explica essa volatilidade dos preços é o fato de o modelo utilizado estar "muito sensível", disse presidente da Comerc, Christopher Vlavianos. "Uma pequena mudança na ENA [Energia Natural Afluente, ou o volume de energia que pode ser produzido de acordo com o regime de chuvas] acarreta uma grande mudança de preços", explicou. A comercializadora projeta um PLD de R\$ 438/MWh em todos os submercados, com exceção do Sul, onde deve ficar em R\$ 427/MWh - também acionando a bandeira.

Cecília Lupatini, analista de mercado da Safira Energia, concorda que já era esperado que o comportamento das chuvas no fim de maio e início de junho não fosse um padrão. Ela corrobora as previsões de bandeira vermelha, no primeiro patamar, para agosto. "Como passamos para um mês de estiagem, devemos ter esse impacto em relação aos preços de agosto", explicou.

Para setembro, a Compass enxerga a bandeira amarela como a mais provável. Naquele mês está prevista a revisão da estimativa de carga (consumo mais perdas) para o país nos próximos anos, com tendência de redução da carga prevista, o que poderá aliviar, em parte o custo marginal de operação (CMO) principal indicador utilizado para o cálculo do PLD.

A expectativa inicial, de acordo com previsões do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) era de bandeira amarela durante todo o período seco atual (de abril a novembro), com acréscimo de R\$ 2 a cada 100 kWh consumidos. Em maio, porém, a situação se agravou e a bandeira foi vermelha, no primeiro patamar. No mês seguinte ocorreu o contrário e um aumento de chuvas provocou a bandeira verde em junho, retomando ao patamar amarelo em julho.

Segundo o diretor-geral do ONS, Luiz Eduardo Barata, a expectativa é que os reservatórios do subsistema Sudeste/Centro-Oeste, o principal do país cheguem ao fim do período seco com algo entre 20% e 25% de armazenamento.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Brasil****Autor: Thais Carrança****Título: Aumento na conta de luz e imposto podem pressionar taxa de inflação no mês que vem**

A possível volta da bandeira vermelha nas contas de luz em agosto acrescentaria entre 0,07 e 0,08 ponto percentual na inflação prevista para o mês, calculam economistas. Em vigor desde 2015, o sistema de bandeiras tarifárias acrescenta valor adicional nas contas de energia para sinalizar ao consumidor a necessidade de acionamento de usinas mais caras.

Agosto também deve concentrar os efeitos da elevação de impostos sobre combustíveis, anunciada na semana passada, com impacto de 0,50 a 0,60 no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). A atividade econômica fraca, no entanto, mantém a dinâmica da inflação favorável para o ano, apesar desses efeitos de curto prazo.

Flávio Serrano, economista-sênior do Haitong, estima que o acréscimo nas tarifas de R\$ 3 a cada 100 quilowatts-hora consumidos, com o acionamento do primeiro patamar da bandeira vermelha, resultaria em alta de 2,1% na energia elétrica em agosto, com efeito de 0,08 ponto percentual sobre o IPCA do mês.

O banco projeta o impacto do reajuste de tributos sobre combustíveis entre 0,50 e 0,60 ponto percentual sobre a inflação de agosto, que pode ser parcialmente compensado pela redução de preços de derivados pela Petrobras nas refinarias, como resultado da nova política de preços da estatal.

Serrano estima o IPCA de agosto em 0,50% a 0,60%, o que poderia ser elevado à faixa de 0,60% a 0,70%, caso o acionamento da bandeira vermelha se confirme - o cenário-base do Haitong é de bandeira amarela para o próximo mês. Para julho, a projeção é de IPCA de 0,15%. Para o fim de 2017, 3,8%.

"O nível de preços da energia elétrica hoje, na casa de R\$ 260 a R\$ 270 [por MWh], ainda está um pouco distante do nível de bandeira vermelha patamar um -R\$ 422 por MWh. Mas, dada a volatilidade e o nível muito baixo dos reservatórios, é possível que haja um aumento na utilização das termelétricas e isso acabe acionando a bandeira vermelha", diz Serrano.

O economista afirma que, na mesma época do ano passado, a energia armazenada média, ponderada para todos os submercados, estava em 53%. Hoje, a energia armazenada em todo o sistema está em 43%, segundo o cálculo do Haitong. Com isso, há o risco de a bandeira tarifária fechar o ano amarela ou

vermelha, com impacto para a inflação anual, já que em dezembro do ano passado a bandeira era verde - sem acréscimo nas contas de luz.

Outro "risco" para a inflação, entre os preços administrados, seria uma alta dos combustíveis pela Petrobras, que mantém preços alinhados ao mercado global. Isso pode acontecer caso o petróleo volte a subir ou ocorra piora na tensão política, resultando em depreciação do câmbio. "Esses são os dois principais riscos. Para os demais preços administrados, não esperamos grandes pressões", afirma Serrano.

O economista Daniel Silva, da Modal Asset, avalia que uma possível bandeira tarifária vermelha em agosto teria efeito de 0,07 ponto percentual na inflação, somado a impacto de 0,50 ponto do reajuste de PIS/Cofins sobre a gasolina, etanol e diesel, resultando num impacto extra de 0,57 ponto percentual no mês.

Conforme Silva, os preços administrados têm apresentado comportamento bastante positivo no ano. Contribuíram para isso a decisão das cidades de São Paulo e Rio de Janeiro de não reajustar tarifas de ônibus, e a nova política de preços de combustíveis da Petrobras.

Para o segundo semestre, além do efeito do aumento de PIS/Cofins sobre a gasolina e o risco de bandeira vermelha no curtíssimo prazo, Silva avalia que há a possibilidade de a bandeira amarela continuar até o fim do ano.

Apesar disso, no acumulado do ano, a inflação deve continuar comportada em todos os grupos, ajudada pela atividade fraca, avalia Silva. Mesmo com o recente aumento de impostos, a perspectiva do mercado para o IPCA ao fim do ano deve permanecer abaixo da meta de 4,5%, prevê.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Sergio Lamucci

Título: Doria critica aumento de imposto sobre combustíveis

O prefeito João Doria (PSDB) criticou ontem, em Pequim, o aumento dos combustíveis anunciado na semana passada pelo governo federal. Doria pediu a revogação da alta da alíquota do PIS e da Cofins sobre o óleo diesel, por causa do seu possível efeito sobre o custo do transporte público. Ele afirmou, porém, que a tarifa de ônibus de São Paulo não será alterada até o fim do ano, conforme havia prometido em janeiro.

"Já me manifestei, por meio da Frente Nacional de Prefeitos, da qual sou vice-presidente, que [o aumento de impostos] não é bom para os municípios, porque

pode afetar o transporte público", disse Doria a um grupo de jornalistas brasileiros.

Segundo ele, a alta do PIS e da Cofins sobre a gasolina, o etanol e o diesel "não é boa de modo geral, porque qualquer aumento de imposto sempre é ruim para a população". Ele concentrou as críticas, contudo, na elevação da alíquota sobre o diesel, pelo impacto que pode causar nas tarifas de ônibus. "Ao excluir o diesel, você exclui frota de ônibus, que é por onde a expressiva maioria dos municípios atende à população de baixa renda", disse Doria.

"Eu espero que o governo federal e o presidente Temer possam ter a sensibilidade de reavaliar e atender esse pleito para revogar o aumento dos dois impostos sobre o diesel e com isso não afetar o transporte de mercadorias", afirmou ele, lembrando que caminhões também usam o diesel. "Com isso, aliviaríamos o setor de logística de um aumento de custo, e o reflexo disso nos preços dos produtos que eles transportam".

Doriadisse que a prefeitura não vai reajustar a tarifa de ônibus. "É melhor fazermos um sacrifício maior do que o que já estamos fazendo, que é grande, do que transferi-lo para a população de baixa renda, ainda mais numa cidade que tem 2,5 milhões de desempregados e 700 mil subempregados", afirmou. Ele ressaltou que o aumento do diesel pode "fragilizar ainda mais o município de São Paulo e, certamente, fragiliza muito outros municípios brasileiros".

O prefeito disse que pediu estudos para as secretarias da Fazenda e dos Transportes para estimar o potencial efeito para a prefeitura. "Pouca gente prestou atenção no fato que o aumento do imposto tem impacto no diesel, e o diesel afeta o custo operacional das concessionárias [de ônibus]. As concessionárias vão pressionar evidentemente as prefeituras", disse.

Ainda ontem, Doria se reuniu com executivos de dois grandes bancos chineses, que manifestaram interesse em dois dos projetos do programa de privatizações a serem lançados pela prefeitura em setembro: a concessão de terminais de ônibus e o sistema de bilhetes do transporte público da cidade. O prefeito paulistano teve encontros no Banco da China e no Banco de Desenvolvimento da China (BDC), espécie de BNDES do país asiático. Os chineses mostraram disposição em apoiar empresas chinesas que decidam investir nessas áreas.

Doria disse que os executivos das instituições financeiras chinesas se interessaram pelo fundo imobiliário. "O fundo irá a leilão para a venda de mais de mil propriedades que são inúteis para a prefeitura", afirmou. O dinheiro arrecadado irá então para fundo municipal de desestatização, cujos recursos serão investidos na área social - saúde, educação, assistência social, segurança pública, habitação popular e obras e serviços.

A prefeitura estima que será possível levantar de R\$ 5 bilhões a R\$ 7 bilhões com o programa de privatizações, que Doria veio apresentar nesta semana na China a executivos de bancos e empresas e autoridades locais.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Cristiano Zaia e Daniel Rittner

Título: Acordo marítimo entre Brasil e Chile e tarifa do etanol dividem Camex

Dividido, o conselho de ministros da Câmara de Comércio Exterior (Camex) tem reunião marcada hoje à tarde, no Palácio do Planalto, para tomar duas decisões aguardadas pela iniciativa privada: o aumento das tarifas de importação para o etanol e o rompimento unilateral do acordo marítimo Brasil-Chile. Os dois assuntos estão rachando o colegiado.

A maior divisão gira em torno do etanol. O Ministério da Agricultura propõe elevar de zero para 17% a tarifa que incide sobre o produto. Em 2010, o álcool entrou na lista de exceções à Tarifa Externa Comum (TEC) e teve sua alíquota zerada temporariamente, mas a medida se estende até hoje e tornou-se objeto de reclamações da indústria sucroalcooleira após um surto de importações dos Estados Unidos. A Fazenda é contra porque teme os riscos de impacto inflacionário.

Com voz ativa na Camex, o Itamaraty também prefere deixar tudo como está. Para a diplomacia, uma alta agora pode soar como represália à barreira sanitária erguida pelos americanos contra a carne bovina in natura brasileira, enquanto os dois países vêm travando uma delicada negociação para retomar os embarques.

A incógnita é a posição do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (Mdic). O ministro Marcos Pereira esteve com empresários do setor e a presidente da União da Indústria de Cana-de-Açúcar (Unica), Elisabeth Farina, na semana passada. Ele convocou seus auxiliares, pouco antes da reunião no Planalto, para fechar um voto sobre o tema.

Apesar da indefinição do Mdic e da pressão crescente dos usineiros, a Agricultura tem se isolado dentro do governo na defesa de uma alta do imposto de importação. A TEC, fixada em 20% pelos sócios do Mercosul, vale para todos os fornecedores de fora do bloco. Se tiver alíquota elevada para 17%, o etanol continuará na lista de exceções. Esse percentual não é aleatório. Faz parte da estratégia do setor para emplacar a subida da tarifa e evitar a impressão de que se buscava proteção máxima, ou seja, os 20% que eram permitidos contra as importações.

A própria Unica e mais 20 entidades divulgaram ontem uma nota em defesa do aumento do imposto de importação, argumentando que não se trata de "protecionismo". "O setor sucroenergético, representado por 21 entidades de toda a cadeia produtiva nacional, defende o comércio de etanol entre os países, mas entendem que seu pleito se justifica (...), porque a volta do imposto - ainda que abaixo da alíquota vigente - ajudará a amenizar as distorções ocorridas pelas mudanças de comércio, e ainda beneficiará o meio ambiente e trará isonomia entre o produto nacional e o importado", dizem as entidades na nota.

O outro ponto de discórdia é o tratado marítimo entre Brasil e Chile. Em setembro do ano passado, já havia praticamente um consenso na Camex para denunciar (romper unilateralmente) o acordo, mas um pedido de vista do Ministério dos Transportes adiou a decisão. Agora, segundo fontes do governo, a pasta deve entregar um voto favorável à sua manutenção e contra a denúncia.

A abertura de divergência pode suscitar novas discussões no colegiado. Uma das maiores defensoras do fim do acordo, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) sustenta que o frete cobrado das empresas na rota Brasil-Chile é 45% mais caro devido ao monopólio que tratado de exclusividade criou na rota. O próprio governo, por meio do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), calcula que o preço final dos produtos é, em média, 4,9% superior devido à falta de concorrência.

"Estudos da FGV e do próprio governo reforçam a posição da indústria de que não existem razões econômicas que justifique, em pleno século 21, um acordo de exclusividade para duas empresas operarem o transporte marítimo entre o Brasil e um importante parceiro na América do Sul, que é o Chile. No Brasil, são quase 5 mil empresas negativamente afetadas por este instrumento ultrapassado", afirma o diretor o desenvolvimento industrial da CNI, Carlos Abijaodi.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Rafael Bitencourt e Daniel Rittner

Título: PPI inclui 35 lotes de linhas de transmissão

O governo formalizará hoje a decisão de incluir 35 lotes de linhas de transmissão de energia, já licitadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), no Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) e remanejar blocos de petróleo e gás natural em rodadas de licitação programadas para 2018 e 2019.

Os empreendimentos de transmissão foram licitados para levar investimentos para 20 Estados (Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo, Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina, Alagoas, Bahia, Sergipe, Pernambuco, Piauí, Maranhão,

Paraíba, Ceará, Rio Grande do Norte, Rondônia, Pará, Tocantins, Goiás e Mato Grosso do Sul. A qualificação será publicada hoje no "Diário Oficial da União".

Nos últimos anúncios do PPI, os leilões que já haviam sido programados pela Aneel serviram para recheiar a lista de projetos de infraestrutura contratados pelo programa federal.

A edição do "Diário Oficial" também deve autorizar a Agência Nacional do Petróleo (ANP) a incluir blocos da bacia de Sergipe-Alagoas e da bacia de Pernambuco-Paraíba na 15ª rodada de licitações de blocos exploratórios, prevista para 2018.

Ainda na 15ª rodada, a ANP poderá incluir blocos da bacia de Campos que atualmente fazem parte da 16ª rodada, prevista para 2019. As duas rodadas envolvem contratos de concessão. Também foi decidido ampliar a área do prospecto de Uirapuru, na bacia de Santos. O objetivo é avaliar a possibilidade de oferta na 4ª rodada.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Internacional

Autor: Grant Smith, Elena Mazneva e Wael Mahdi

Título: Sauditas prometem corte maior no petróleo, mas a Opep descumpre meta

A Arábia Saudita prometeu profundos cortes das exportações de petróleo em agosto. O país destacou seu comprometimento de eliminar a superoferta global da commodity. Porém, ao mesmo tempo, Líbia e Nigéria receberam aval da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) e seus aliados para continuar elevando sua produção.

As exportações da Arábia Saudita, o maior país produtor da Opep, serão limitadas a 6,6 milhões de barris/dia em agosto, 1 milhão de b/d menos que no mesmo mês de 2016, disse ontem o ministro saudita da Energia e da Indústria, Khalid Al-Falih. O reino não estará sozinho em sua tentativa de equilibrar o mercado, e outros países devem cumprir com seus compromissos de reduzir a oferta, disse ele após se reunir com outros produtores em São Petersburgo, na Rússia.

Ao mesmo tempo, a Nigéria e a Líbia - ambas isentas do acordo de abastecimento - estão autorizadas a continuar ampliando a produção para os níveis desejados, disse Al-Falih.

"Continuamos apoiando nossos irmãos e parceiros" dos dois países africanos em sua recuperação, disse Al-Falih. "A comissão, no entanto, deve monitorar o impacto desse aumento da oferta sobre o equilíbrio oferta-demanda."

A perspectiva de um conjunto de países produtores reduzir a produção e as exportações, enquanto outro grupo as eleva reflete uma contradição no cerne do acordo histórico firmado no ano passado entre a Opep e aliados, como a Rússia. Enquanto países mais atrasados, como o Iraque, são ainda mais pressionados a cumprir os cortes prometidos, a Líbia e a Nigéria ficaram livres para aumentar em 440 mil b/d a produção de maio a junho, o que prolonga a superoferta de petróleo.

A Líbia está autorizada a seguiu elevando a produção, e pretende expandi-la para nada menos que 1,25 milhões de b/d, disse Al-Falih. A Nigéria está disposta a aceitar um limite caso a produção aumente para 1,8 milhões de b/d, disse o ministro de Petróleo e Gás de Omã, Mohammed Al Rumhy. Alcançar esses níveis resultará um acréscimo de mais 500 mil b/d, de acordo com levantamento da Bloomberg.

O anúncio da Arábia Saudita ajudou a elevar os preços do petróleo nos mercados internacionais. Em Nova York, o tipo WTI subiu 1,3% e fechou a US\$ 46,34 por barril ontem. O Brent, referência global, avançou 1,1%, para US\$ 48,60 por barril na ICE Futures Europe.

No curto prazo, faz sentido focar mais na limitação das exportações, disse Amrita Sem, analista-chefe do mercado de petróleo da consultoria Energy Aspects.

"Onde a Opep errou até agora é que eles cortaram a produção, mas não cortaram as exportações na mesma proporção", disse Sem. Isso significou que os países produtores estavam reduzindo seus próprios estoques, mas impondo um impacto menor sobre os estoques de seus clientes. "Do ponto de vista do mercado, a única coisa que interessa são as exportações."

O ministro saudita também pressionou pela melhoria da implementação dos cortes de produção pelos países já participantes do acordo. O cumprimento caiu para 92% em junho em relação aos 110% de maio, de acordo com pessoas a par dos dados da Opep. O Iraque realizou apenas 28% dos cortes prometidos.

"Alguns países continuam atrasados" no cumprimento, "o que é uma preocupação que teremos de enfrentar com determinação", disse Al-Falih. "As exportações se tornaram agora a principal métrica para os mercados financeiros, e temos de encontrar uma maneira de compatibilizar dados de exportação confiáveis com dados de produção no nosso monitoramento".

A Comissão Técnica Conjunta, que monitora o cumprimento das reduções, vai agora estudar também dados das exportações, disse Al-Falih.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Empresas****Autor: Luciano Máximo****Título: Aumento do etanol pode ser revisto, sugere Meirelles**

A Receita Federal está refazendo os cálculos do aumento do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) sobre o etanol para verificar se ele está em conformidade com o que estabelece a lei, informou ontem, o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles. De acordo com a Receita Federal, "as alíquotas para a Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins não devem ser superiores a 9,25% do preço médio de venda no varejo do etanol, apurado de forma ponderada com base no volume comercializado em cada estado e no Distrito Federal nos 12 meses anteriores".

A suspeita é que, somado ao reajuste que houve no início do ano, quando o setor perdeu a isenção de PIS/Cofins, o aumento da última semana estaria acima do limite imposto por lei. A Receita Federal esclareceu ainda que "variações de preços no varejo praticados nos estados e no Distrito Federal podem implicar alterações neste limite".

Meirelles disse que, na avaliação do órgão, o reajuste está no "limite da lei", mas que recomendou que os cálculos fossem refeitos. Ele disse que o refinamento de contas é "sempre positivo" e que o valor pode ser alterado, caso se constate o erro. "Se não estiver [correto], a lei será obedecida". A Receita informou que "está procedendo a atualização destes valores com vistas a verificar se houve variações no limite estabelecido".

O ministro da Fazenda disse ontem que o governo não considera, no momento, aumentar outras alíquotas de impostos para atingir sua meta fiscal mas admitiu que "tudo é possível, se necessário", embora tenha ressaltado que vem falando isso desde agosto do ano passado e que o governo está "trabalhando mesmo é para concretizar outras receitas".

Ele, que se reuniu com investidores em São Paulo, também afirmou que as discussões do novo Refis fizeram com que muitas empresas esperassem um projeto "muito generoso", mas capaz de gerar "prejuízo fiscal" para as contas do governo. "Nesse sentido nós vamos combater isso [alterações no Refis]", disse.

Meirelles relatou encontro que teve com Paulo Skaf, presidente da Fiesp, que no fim da última semana trouxe de volta o pato amarelo à rua como forma de protestar contra a alta de impostos anunciada na semana passada pela equipe econômica. "Tivemos bom entendimento".

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Empresas****Autor: Rodrigo Polito e Cláudia Schüffner****Título: Refino no país atrai mais os grupos chineses**

Em vigor desde o início do mês, a nova política de preços dos combustíveis da Petrobras, com ajustes diários, mais aderente ao mercado internacional, é considerada fator de atratividade para a entrada de novos investidores no setor de refino brasileiro. As principais petroleiras privadas do país, porém, ainda são tímidas com relação à possibilidade de investir em refino no Brasil.

Os maiores acenos privados para o setor de refino brasileiro têm vindo da Ásia. Neste mês, o **Valor** apurou que a CNPC, sócia da Petrobras em Libra, negocia com a estatal uma parceria para a retomada das obras da refinaria do Comperj, no Rio de Janeiro. A negociação se dá no âmbito do memorando de entendimentos assinado pelas duas empresas no início do mês.

Uma primeira análise indicava que grandes petrolíferas globais, conhecidas como "majors", já instaladas no Brasil e que possuem produção crescente de petróleo no país, inclusive no pré-sal, fossem naturalmente as principais candidatas a adquirir ou construir refinarias aqui. Diante disso, abre-se mais espaço para os chineses.

Como hoje não há novos projetos do tipo em construção no Brasil, o país deverá aumentar a importação de derivados de petróleo, com a provável retomada da economia nos próximos anos.

De acordo com dados da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), da produção nacional de petróleo, de 2,65 milhões de barris diários, as empresas privadas respondem por 22%. A tendência é de aumento desse percentual no futuro, com a maior participação das companhias sobretudo no pré-sal. Ao mesmo tempo, há uma perspectiva de aumento da importação de derivados de petróleo nos próximos anos por não haver novos projetos de refino atualmente no país.

"Não temos projetos de refinaria em andamento. Se a economia crescer, a demanda de derivados vai crescer. Vamos ter que importar derivados. E numa escala crescente ser mais exportadores de petróleo e importadores de derivados", diz o diretor-geral da ANP, Décio Oddone. "Mesmo existindo capacidade de refino ociosa no mundo, vai fazer sentido econômico, em determinado momento, se pensar em ampliação da capacidade [de refino no Brasil]", completou ele, explicando que os custos de frete de exportação de óleo e importação de derivados superam a margem de refino.

Em âmbito global, no entanto, as grandes petroleiras têm reduzido investimentos em refino e se concentrado em exploração e produção (E&P), devido ao cenário atual. "Hoje, algumas não têm braço de distribuição [de combustíveis] no Brasil", acrescenta Adriano Pires, diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE). Um exemplo foi a saída da ExxonMobil do setor de distribuição de combustíveis do brasileiro, em 2008.

A Shell, maior petroleira privada do país em produção de petróleo, cerca de 300 mil barril diários (ou 11,2% da produção brasileira), não descarta investimentos em qualquer segmento da indústria petrolífera, mas reforça que sua prioridade no Brasil é o E&P.

"A Shell está sempre atenta a oportunidades de aprimorar seu portfólio em todo o mundo. No entanto, neste momento, a prioridade da Shell no Brasil é exploração e produção de petróleo, especialmente em águas profundas", informou a Shell, em nota, ao **Valor**. A múlti tem 20% do campo gigante de Libra, no pré-sal da Bacia de Santos. Os demais sócios são Petrobras (40%), Total (20%) e as chinesas CNPC (10%) e CNOOC (10%).

A postura da Shell é semelhante à da norueguesa Statoil, que também tem atuação relevante no setor de E&P do país. "Para a Statoil, o segmento de refino não é prioridade no momento, já que o foco da empresa é em E&P e no mercado de gás", informou a companhia.

Neste mês, a Statoil anunciou a compra de 10% da QGEP no bloco BM-S-8, onde está o prospecto de Carcará, no pré-sal da Bacia de Santos, por US\$ 379 milhões, ampliando sua fatia na área para 76%. Em 2016, a empresa já havia adquirido 66% da Petrobras no negócio (o primeiro desinvestimento da estatal no pré-sal), por US\$ 2,5 bilhões. Os demais sócios são Petrogal Brasil (14%) e Barra Energia (10%).

Outra importante empresa com participação no pré-sal, a espanhola Repsol não tem atividade de refino atualmente no Brasil, apesar de ter sido a única privada a investir no setor 20 anos atrás quando ficou com 30% da Refap (RS) em uma troca de ativos com a Petrobras na Argentina. A empresa também teve participação na refinaria de Manguinhos, no Rio de Janeiro.

Ressaltando que não tem dados para falar sobre refino no país, o presidente da Repsol Sinopec Brasil, Leonardo Junqueira, lembrou que a empresa tem participação relevante na Península Ibérica. Quando questionado sobre o possível interesse em uma volta ao setor no Brasil, ele disse que preferia se abster de comentar o assunto.

O ex-diretor-geral da ANP e consultor David Zylbersztajn, diz que a nova política de preços da Petrobras abre um leque de possibilidades de investimentos privados no refino no país. A opinião é a mesma de Renato Kloss, sócio do setor regulatório e de infraestrutura do Siqueira Castro Advogados. Para ele, a intervenção na prática de preços dos combustíveis no passado, tanto para cima quanto para baixo, ainda que pudesse ter algum fundamento, era artificial.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia e Rodrigo Polito

Título: Belo Monte, Santo Antonio e Jirau se protegem do GSF

As megausinas de Belo Monte, Santo Antonio e Jirau conseguiram reduzir à exposição ao risco hidrológico (medido pelo fator GSF, na sigla em inglês) por meio da rodada mais recente do Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits (MCSD) de Energia Nova, que suspendeu contratos de entrega de energia entre julho e dezembro deste ano.

O MCSD de Energia Nova, operacionalizado pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), funciona como uma espécie de leilão, no qual as geradoras informam quanta energia estão dispostas a descontratar por um determinado período e as distribuidoras fazem o mesmo - ajudando também a reduzir o problema da sobrecontratação neste segmento. O mecanismo unifica e simplifica essas negociações.

A rodada do mecanismo que suspendeu contratos de julho a dezembro totalizou 3.151 megawatts (MW) médios em sobras. Apenas Belo Monte, que fica no rio Xingu (PA), postergou 1.080 MW médios em contratos, quase um quarto de sua garantia física total, que será de 4.571 MW médios.

Uma parcela dessa energia ficará descontratada, a fim de reduzir a exposição da hidrelétrica ao GSF. Além disso, a Norte Energia, concessionária de Belo Monte, realizou dois leilões de venda de energia no mercado livre. "Realizamos previamente à submissão de nossa oferta à CCEE os dois leilões para que não houvesse risco de perda de receita, condição imposta pelos acionistas e intervenientes", disse a Norte Energia por e-mail ao **Valor**.

O MCSD de Energia Nova praticamente eliminou o problema do GSF neste ano para a Energia Sustentável do Brasil (ESBR), concessionária da hidrelétrica de Jirau, que fica no rio Madeira (RO). A empresa, que descontratou 700 megawatts (MW) médios no mecanismo - dos 2.205 MW médios que a hidrelétrica tem - previa um impacto de R\$ 800 milhões do GSF em 2017.

"Isso reduziu o impacto substancialmente", disse o presidente da ESBR, Victor Paranhos. "Quem estava contratado no ACR conseguiu arranjar preços melhores e ficar com uma parcela da energia livre para liquidar na CCEE a valor do PLD [preço à vista de energia], reduzindo o impacto do GSF principalmente nas geradoras estruturantes [Jirau, Santo Antônio e Belo Monte]", completou.

Segundo o executivo, dos 700 MW médios descontratados, cerca de 15% foram negociados em contratos bilaterais, o que vai atender a necessidade de reserva para o financiamento do BNDES. O restante está descontratado e será utilizado para aliviar o impacto do GSF e liquidar energia no mercado de curto prazo.

A hidrelétrica de Santo Antonio, que também fica no rio Madeira, foi outra a descontratar energia neste ano para se proteger do "agravamento das condições da hidrologia" e das distorções que levam ao déficit hídrico. A usina suspendeu 370 MW médios em contratos de julho a janeiro, para complementar a proteção à exposição ao GSF. A garantia física total da hidrelétrica será de 2.424,2 MW médios.

"Essa proteção adicional pode representar valores da ordem de R\$ 190 milhões, a depender da confirmação das projeções do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD)", disse a empresa por e-mail.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Luísa Martins e Camila Maia

Título: STF adia decisão sobre pedido de liminar da Cemig

O pedido da Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig) para suspender, em caráter liminar, o leilão das usinas hidrelétricas de Jaguara, São Simão, Miranda e Volta Grande só será analisado após a retomada dos trabalhos do Supremo Tribunal Federal (STF), que está em férias durante todo o mês de julho. A presidente da Corte, ministra Cármen Lúcia, considerou, em despacho assinado ontem, que a solicitação não é urgente para que ela assine uma decisão durante o recesso - o ato caberá ao relator natural do processo, ministro Dias Toffoli, a partir de 1º de agosto.

No documento, a ministra diz que a ação tramitará "sem atropelos de qualquer natureza", já que Toffoli volta a trabalhar em uma data que antecede em quase dois meses a estipulada pelo governo federal para a realização do leilão - 30 de setembro. "A relevância da questão posta é inegável e os impactos do prosseguimento de leilão são evidentes. Entretanto, a matéria vem sendo questionada há alguns anos e tem sido objeto de constantes tentativas de acordo, sem se chegar ao consenso pelas partes", apontou Cármen.

Ao mesmo tempo, a Cemig sofreu outra derrota, ao ter sua proposta de compartilhamento da gestão das usinas rejeitada pela União, assim como a recusa do governo em voltar a negociar um acordo. Segundo documento ao qual o **Valor** teve acesso, assinado pela advogada-geral da União, Grace Mendonça, "não houve aprovação da nova proposta" da Cemig, restando claro que "não há interesse em conciliar e que, além disso, há irretratável decisão da União no sentido de licitar a concessão" das usinas.

A empresa, que opera nas hidrelétricas desde 1997, quer que o Supremo cancele a relicitação autorizada em abril pelo Ministério de Minas e Energia (MME), após a publicação de uma portaria. A Cemig apresentou ao MME, na semana passada, a proposta - já rejeitada- de acordo para manter as hidrelétricas sob sua titularidade, prevendo que as usinas fossem exploradas, pelos próximos 30 anos, de forma compartilhada entre a estatal e a União.

De acordo com a proposta, a Cemig continuaria com o controle acionário das usinas, com uma fatia média de 55,1%, liberando o governo para licitar os outros 44,9%. Para isso, estaria disposta a abrir mão da indenização mínima de R\$ 1,5 bilhão pela devolução dos empreendimentos.

O **Valor** apurou, porém, que a possibilidade de aceitar o acordo sequer chegou a ser considerada pelo governo. Isso porque, pela proposta, a União ficaria com R\$ 6,5 bilhões da outorga dos ativos, enquanto, com o leilão, a expectativa é de arrecadar R\$ 11 bilhões. Renunciar a essa diferença prejudicaria a redução do déficit fiscal.

Por outro lado, o Advogado-Geral do Estado de Minas Gerais, Onofre Batista, afirmou ao **Valor** que a proposta de sociedade formulada pela Cemig é "generosa" e busca amenizar discussões com o governo federal, além de evitar prejuízos aos consumidores - ele estima que, com o edital, o custo de produção subiria de R\$ 50 para R\$ 140 por megawatt/hora.

A Cemig não quis renovar as concessões das usinas nos termos da Medida Provisória (MP) 579 em 2012, mas argumenta que o contrato original permite que a renovação seja automática por mais 20 anos. A União, no entanto, entende que, embora a empresa tenha direito de solicitar a manutenção de sua titularidade sobre as usinas, a decisão final é do governo federal.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção:** Empresas**Autor:****Título:** Curtas

SHV Energy cresce

A holandesa SHV Energy, dona da Supergasbras no Brasil, firmou acordo com a American Midstream Partners para a aquisição da Pinnacle Propane, empresa de gás liquefeito de petróleo (GLP) dos EUA por cerca de US\$ 170 milhões (o equivalente a aproximadamente R\$ 535 milhões). Segundo Massih Niazi, presidente da Supergasbras, a entrada no mercado dos EUA dá mais relevância ao continente americano para o grupo, que opera em mais de 20 mil países, com cerca de 30 milhões de consumidores e receita de US\$ 6,6 bilhões, em 2016.

Enel inaugura parque

A italiana Enel iniciou a operação do parque eólico de Cristalândia, de 90 megawatts (MW) de capacidade instalada, na Bahia. O complexo demandou investimentos de US\$ 190 milhões (o equivalente a R\$ 590 milhões). Na Bahia, a Enel Green Power Brasil Participações (EGPB), subsidiária do grupo Enel, opera 711 MW de capacidade de usinas eólicas e solares e está construindo outros 600 MW das duas fontes. No Brasil, o Grupo Enel, através de suas subsidiárias EGPB e Enel Brasil, tem capacidade instalada total em renováveis de 1.659 MW, dos quais 490 MW de energia eólica, 279 MW de energia solar e 890 MW de energia hidrelétrica, bem como cerca de 900 MW de capacidade atualmente em construção, dos quais 352 MW eólicos e 541 MW solares.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção:** Empresas**Autor:** Juliano Basile**Título:** Petrobras ingressa com recurso contra ação em NY

Petrobras ingressou com um recurso contra a decisão do Tribunal Federal de Apelações do Segundo Circuito de Nova York que determinou a continuidade da tramitação da ação coletiva em que investidores pedem reparação à companhia. A decisão foi tomada por uma das turmas do Tribunal, composta por três juízes, em 10 de julho. Agora, o recurso será julgado por um colegiado com dez.

Os advogados que representam os investidores terão dez dias para se manifestar sobre o recurso, que foi interposto na sexta-feira. A expectativa é a de que o caso seja julgado pelo colegiado em, no máximo, 30 dias. Depois disso, o processo

deverá retornar ao juiz Jed Rakoff, que conduz o caso na Corte Distrital de Nova York, equivalente à 1ª instância no Brasil. Rakoff poderá retomar o processo e marcar uma data para o julgamento. Antes dessa data serão feitas reuniões para verificar a possibilidade de as partes chegarem a um acordo.

A Petrobras já fechou acordos com 19 das 27 ações individuais nas quais investidores pedem ressarcimento por desvios ocorridos na companhia, no âmbito da Operação Lava-Jato. Ela deverá pagar US\$ 445 milhões pelos acordos. A estimativa sobre quanto seria pago num eventual acordo com os autores da ação coletiva depende da situação jurídica das classes de investidores demandantes na ação.

No recurso, a estatal pediu à corte que esclareça a situação desses investidores, indicando aqueles que não poderiam figurar como demandantes nos autos do processo. Há investidores que negociaram ADRs e também os que compraram títulos da dívida. A estatal questiona se todos os adquirentes de títulos teriam capacidade de fazer demandas por ressarcimento na Justiça de Nova York, pois algumas teriam sido feitas fora do país.

As datas de aquisição dos títulos e das ações também estão sendo alvo de debates. O objetivo é o de verificar se eles foram comprados no período em que teriam ocorrido as irregularidades que, depois, foram descobertas pela Lava-Jato.

A apelação da empresa foi rejeitada parcialmente por uma das turmas do Tribunal Federal. O recurso deverá fazer com que o órgão colegiado tome a última decisão antes do retorno do processo a Rakoff. A expectativa inicial de fontes que têm acesso ao processo é a de que o tribunal deixe as questões a respeito da certificação dos demandantes para serem definidas por Rakoff, que conduz a ação.

Ao mesmo tempo em que corre a ação coletiva, a estatal segue alvo de investigações do Departamento de Justiça (DoJ) americano. Segundo fontes que estiveram reunidas com autoridades, em Washington, a tese de que a estatal foi vítima de esquemas de desvio de dinheiro, e não participante ativa de crimes apurados pela Lava-Jato, ganhou força entre integrantes do departamento. A alegação é a de que a companhia não ganhou nada com contratos firmados com empreiteiras pelos quais ocorreram desvios. Pelo contrário, ela sofreu perdas de bilhões de reais. Essa argumentação beneficia a Petrobras na "declaração dos fatos" que o DoJ faz em investigações criminais.

Haveria chances de reconhecerem que não houve dolo (intenção de cometer infrações) pela estatal. Por outro lado, poderiam identificar uma atitude culposa da empresa no escândalo que beneficiou empreiteiras nos contratos.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Empresas****Autor: Stella Fontes e Ivo Ribeiro****Título: Paranapanema sobe mais de 15% com nova acionista**

O mercado reagiu bem aos acordos firmados pela fabricante de produtos de cobre Paranapanema com a gigante anglo-suíça Glencore e as ações ordinárias da companhia saltaram mais de 15% na bolsa paulista nesta segunda-feira. Os papéis encerraram o dia com ganho de 15,44% na B3, cotados a R\$ 1,72, e com volume negociado de R\$ 11,4 milhões, bastante acima dos R\$ 834,8 mil transacionados na sexta-feira - quando a companhia anunciou os acordos, após o fechamento do mercado.

Segundo o presidente da Paranapanema, Marcos Câmara, o terceiro trimestre será decisivo e deve ser marcado pela conclusão de negociações em curso para reestruturação de sua dívida. Em teleconferência com analistas, o executivo afirmou que o segundo trimestre correspondeu à fase final da transição da empresa e este deve "ser o trimestre de conclusão de toda a negociação". "A partir daí, a gente retoma as operações com o plano de negócios aprovado pelo conselho de administração em junho", disse.

Camara afirmou que o processo de reestruturação em curso visa ao fortalecimento da estrutura de capital da Paranapanema e está relacionado tanto com a capitalização de R\$ 66 milhões acertada com a Glencore quanto com a adequação do perfil de sua dívida. A expectativa é a de que nas próximas semanas a companhia chegue a um acordo com bancos na renegociação de compromissos financeiros.

No plano de reestruturação, está também em negociação um aumento de capital da ordem de R\$ 290 milhões, o qual inclui o aporte da Glencore. Os principais acionistas, Previ e Caixa Econômica Federal, se comprometeram a participar da operação, na proporção de suas participações - 24% e 17%, respectivamente.

Quem ainda considera se participará, ou não, é a Bonsucex, veículo de investimento do empresário Sílvio Tini. Ele detém 15% do capital da Paranapanema.

Ao mesmo tempo em que acertou o recebimento do aporte da gigante anglo-suíça, a Paranapanema firmou acordo para compra de concentrado de cobre com pagamento futuro e venda de catodo (cobre refinado) também com a Glencore. "Foi uma mera coincidência que a Glencore esteja figurando no aumento de capital e na compra de concentrado e entrega de catodo", disse.

Para a segunda operação, a empresa teria consultado formalmente 14 possíveis interessados e a melhor proposta foi apresentada pela trading, contou Câmara.

Questionado sobre as condições desse acordo, o diretor financeiro e de relações com investidores, André Gaia, disse que os termos específicos são confidenciais, mas levam em conta valores de mercado. Por causa da restrição da capital de giro, a Paranapanema teve de reduzir sua taxa de ocupação. A ociosidade no segundo trimestre foi perto de 50%.

Com o acordo comercial com a Glencore, a companhia poderá ampliar o uso da capacidade nos próximos trimestres e, conseqüentemente, diminuir o impacto negativo da ociosidade, que foi de R\$ 48 milhões entre abril e junho. "Em paralelo, as negociações com bancos vêm avançando de forma boa e acreditamos que possam evoluir para a conclusão desse negócio nos próximos meses, talvez até semanas", disse.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Agronegócios

Autor: Camila Souza Ramos

Título: Etanol ganhou competitividade antes do aumento de tributação

No período entre os dias 16 e 22 de julho, no fim do qual já entraram em vigor as novas alíquotas de PIS/Cofins incidentes sobre gasolina e etanol, os preços de ambos ainda registraram queda na comparação com os patamares praticados na semana anterior, mas o biocombustível ganhou em geral alguma competitividade em relação à alternativa fóssil, de acordo com levantamento da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

Segundo a ANP, os preços médios do hidratado (usado diretamente nos tanques dos veículos) recuaram em 18 Estados e no Distrito Federal e só subiram em sete Estado no intervalo. Já a gasolina caiu em 21 Estados e no DF e subiram em outros quatro.

Com as oscilações, em 13 Estados e no DF a relação de preços melhorou para o biocombustível. Mas só em São Paulo e em Mato Grosso o preço médio do hidratado equivale a menos de 70% do valor da gasolina - e, portanto, está economicamente mais vantajoso, conforme o parâmetro mais aceito pelo mercado para medir a competitividade do etanol.

Nos postos paulistas, o preço médio do etanol recuou 2,19% na semana, para R\$ 2,148 o litro, e representou 66,4% do valor da gasolina, um pouco abaixo do patamar da semana anterior. Em Mato Grosso, o hidratado recuou 1,58%, para R\$ 2,116 o litro, ou 60,4% do preço da gasolina. Tanto em Goiás como em Minas

Gerais, os percentuais da relação ficaram em 70,3%, praticamente o ponto de equilíbrio.

E, se ainda não refletiram, entre os dias 16 e 22 deste mês, a entrada em vigor da nova tributação, os preços do biocombustível na bomba também não acusaram os reflexos da valorização registrada nas usinas. Após uma longa sequência de quedas, na porta das usinas o produto já subiu duas semanas seguidas. De 10 a 21 de julho, o indicador Cepea/Esalq para o hidratado (calculado sem incidência de PIS/Cofins ou ICMS) subiu 2,63%, para R\$ 1,3020 o litro.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Agronegócios

Autor: Camila Souza Ramos

Título: Unica critica elevação da alíquota de PIS/Cofins

A União das Indústrias de Cana-de-Açúcar (Unica) criticou o governo por causa do aumento da alíquota de PIS/Cofins sobre o etanol, com o argumento de que não foi a primeira elevação do tributo neste ano. A medida pode ser revista pelo governo, admitiu ontem o ministro da Fazenda Henrique Meirelles, em evento em São Paulo.

Segundo a Unica, em 1º de janeiro, venceu a medida do governo Dilma Rousseff que desonerava o etanol de PIS/Cofins. Então, o produto voltou a ser onerado em R\$ 0,12 o litro. Somando-se esse incremento, o biocombustível passou a ter uma alíquota de PIS/Cofins de R\$ 0,32 o litro, ante zero em 2016. Já a gasolina A teve a alíquota de PIS/Cofins agora elevada em R\$ 0,4109 o litro e, dessa forma, a gasolina C (que contém 27,5% de etanol na composição) ficou com R\$ 0,30 por litro.

"Para não alterar a competitividade do etanol hidratado, o aumento de tributos deveria guardar a relação de 70% frente à gasolina C. Não foi o que aconteceu. Pelo contrário, haverá perda de competitividade no momento do abastecimento dos veículos", disse a Unica, em nota. "O que se constata (...) é que não há qualquer traço de política pública para viabilizar o consumo de combustíveis renováveis. Se houvesse, o etanol teria ficado fora do aumento de tributos".

Ainda segundo a Unica, "mesmo em termos absolutos, o aumento no hidratado foi maior do que o aumento de tributos federais sobre a gasolina C, no mesmo período".

MME / ASCOM